

## **EDUARDO CABETTE**

*Delegado de Polícia aposentado, Parecerista e Consultor Jurídico, Mestre em Direito Social, Pós - graduado em Direito Penal e Criminologia e Membro do Grupo de Pesquisa de Ética e Direitos Fundamentais do Programa de Mestrado do Unisal.*

## **FRANCISCO SANNINI**

*Delegado de Polícia do Estado de São Paulo, Titular do Setor Especializado no Combate à Corrupção, Organização Criminosa e Lavagem de Dinheiro, Mestre em Direitos Difusos e Coletivos, Pós-Graduado com Especialização em Direito Público, Professor da Pós-Graduação do UNISAL-Lorena, Professor Concursado da Academia de Polícia do Estado de São Paulo, Professor da Pós-Graduação em Segurança Pública do Curso Supremo, Professor do Damásio Educacional, Professor do Qconcursos.*

# TRATADO DE **LEGISLAÇÃO ESPECIAL CRIMINAL**

**3ª EDIÇÃO**

**Tratado de Legislação Especial Criminal - 3ª edição**

© Eduardo Cabette &amp; Francisco Sannini

EDITORA MIZUNO 2023

Revisão de Português: Eliane Chainça

Revisão Técnica: Eduardo Cabette &amp; Francisco Sannini

**Catálogo na publicação**  
**Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

C114t Cabette, Eduardo

Tratado de legislação especial criminal / Eduardo Cabette, Francisco Sannini. – 3. ed. – Leme-SP: Mizuno, 2023.

1104 p.; 17 X 24 cm

ISBN 978-65-5526-637-5

1. Legislação. 2. Procedimento criminal. I. Cabette, Eduardo. II. Sannini, Francisco. III. Título.

CDD 342

**Índice para catálogo sistemático**

I. Legislação

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460  
 Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210  
 Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: [www.editorajhmizuno.com.br](http://www.editorajhmizuno.com.br)

e-mail: [atendimento@editorajhmizuno.com.br](mailto:atendimento@editorajhmizuno.com.br)

Impresso no Brasil

*Printed in Brazil*

## SUMÁRIO

## CAPÍTULO I

ESTATUTO DO DESARMAMENTO - (LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003) .....	27
1 INTRODUÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE O (DES)ARMAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL .....	27
2 DO SISTEMA NACIONAL DE ARMAS .....	34
2.1 Do Registro das Armas de Fogo .....	35
2.2 Dos Requisitos para Aquisição de Arma de Fogo .....	35
2.3 Do Porte de Arma de Fogo .....	36
3 DO BEM JURÍDICO TUTELADO PELO ESTATUTO DO DESARMAMENTO .....	41
4 DA NATUREZA JURÍDICA DOS TIPOS PENAIS .....	46
5 DA COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DOS CRIMES .....	48
6 DOS OBJETOS MATERIAIS DOS CRIMES .....	49
6.1 Arma de Fogo .....	51
6.2 Munição .....	56
6.3 Acessórios .....	57
6.4 Princípio da Insignificância e os Crimes do Estatuto do Desarmamento .....	58
7 POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO .....	62
7.1 Conduta .....	62
7.2 Sujeito Ativo e Passivo .....	67
7.3 Elemento Normativo do Tipo .....	67
7.4 Elementos Espaciais do Tipo .....	69
7.5 Elemento Subjetivo do Tipo .....	73
7.6 Consumação e Tentativa .....	73
7.7 Concurso de Infrações .....	73
7.8 Destaques finais .....	74
7.9 Classificação .....	75
8 OMISSÃO NA CAUTELA DE ARMA DE FOGO .....	75
8.1 Conduta (Art. 13, <i>Caput</i> ) .....	75
8.1.1 Conduta (Art. 13, <i>Parágrafo Único</i> ) .....	77
8.2 Sujeitos dos Crimes .....	80
8.3 Consumação e Tentativa .....	81
8.4 Concurso de Crimes .....	81
8.5 Destaques Finais .....	81
8.6 Classificação .....	82

9 PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO .....	82
9.1 Conduta.....	82
9.2 Elemento Normativo do Tipo.....	91
9.3 Sujeitos do Crime .....	93
9.4 Consumação e Tentativa.....	96
9.5 Concurso de Crimes.....	97
9.6 Destaques Finais.....	99
9.7 Classificação .....	103
10 DISPARO DE ARMA DE FOGO.....	104
10.1 Conduta.....	104
10.2 Elementos Espaciais do Tipo.....	105
10.3 Sujeitos do Crime .....	106
10.4 Consumação e Tentativa.....	106
10.5 Concurso de Crimes.....	106
10.6 Destaques Finais.....	107
10.7 Classificação .....	107
11 POSSE OU PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO.....	107
11.1 Conduta.....	108
11.2 Sujeitos do Crime .....	110
11.3 Consumação e Tentativa .....	110
11.4 Concurso de Crimes.....	111
11.5 Destaques Finais.....	111
11.6 Classificação .....	111
12 FIGURAS EQUIPARADAS.....	111
12.1 Adulteração de Sinal Identificador.....	111
12.1.1 Conduta.....	111
12.1.2 Sujeitos do Crime.....	112
12.1.3 Consumação e Tentativa.....	113
12.1.4 Concurso de Crimes .....	113
12.1.5 Classificação .....	113
12.2 Modificação das Características da Arma de Fogo.....	113
12.2.1 Conduta.....	113
12.2.2. Sujeitos do Crime.....	114
12.2.3 Consumação e Tentativa.....	114
12.2.4 Concurso de Crimes .....	114
12.2.5 Classificação .....	115
12.3 Posse, Detenção, Fabrico ou Emprego de Artefato Explosivo ou Incendiário.....	115
12.3.1 Conduta.....	115
12.3.2 Sujeitos do Crime.....	117
12.3.3 Consumação e Tentativa.....	117

12.3.4 Concurso de Crimes .....	117
12.3.5 Classificação .....	118
12.4 Posse ou Porte de Arma de Fogo com Sinal de Identificação Suprimido .....	118
12.4.1 Conduta.....	118
12.4.2 Sujeitos do Crime.....	120
12.4.3 Consumação e Tentativa.....	120
12.4.4 Concurso de Crimes .....	121
12.5 Classificação .....	121
12.6 Venda, Entrega ou Fornecimento de Arma de Fogo, Acessório, Munição ou Explosivo a Criança ou Adolescente .....	121
12.6.1 Conduta.....	121
12.6.2 Sujeitos do Crime.....	122
12.6.3 Consumação e Tentativa.....	122
12.6.4 Concurso de Crimes .....	123
12.6.5 Classificação.....	123
12.7 Produção, Recarregamento, Reciclagem Ilegal e Adulteração de Munição ou Explosivo.....	123
12.7.1 Conduta.....	123
12.7.2 Sujeitos do Crime.....	124
12.7.3 Consumação e Tentativa.....	124
12.7.3.1 Classificação.....	124
12.8 Posse ou Porte de Arma de Fogo de Uso Proibido (Figura Qualificada) .....	124
12.8.1 Conduta.....	125
12.8.2 Sujeitos do Crime.....	126
12.8.3 Consumação e Tentativa.....	126
12.8.4 Concurso de Infrações .....	127
12.8.5 Natureza Hedionda .....	127
12.8.6 Classificação.....	128
13 COMÉRCIO ILEGAL DE ARMA DE FOGO, ACESSÓRIO OU MUNIÇÃO .....	129
13.1 Conduta.....	129
13.2 Sujeitos do Crime.....	132
13.3 Consumação e Tentativa.....	132
13.4 Concurso de Crimes.....	132
13.5 Classificação .....	133
13.6 Do Agente Policial Disfarçado.....	133
14 TRÁFICO INTERNACIONAL DE ARMA DE FOGO.....	142
14.1 Conduta.....	142
14.2 Sujeitos do Crime.....	143
14.3 Consumação e Tentativa.....	143
14.4 Concurso de Crimes.....	144
14.5 Classificação.....	145

14.6 Do Agente Policial Disfarçado.....	145
15 CAUSAS DE AUMENTO DE PENA (arts. 19 e 20).....	145
16 LIBERDADE PROVISÓRIA.....	146

## CAPÍTULO II

CRIMES HEDIONDOS (LEI N. 8.072, DE 25 DE JUNHO DE 1990).....	147
1 INTRODUÇÃO.....	147
2 SISTEMAS DE DEFINIÇÃO DO CARÁTER HEDIONDO DO CRIME.....	148
3 ROL DOS CRIMES HEDIONDOS (ART. 1º, CAPUT, DA LEI 8.072/90).....	151
3.1 Homicídio (simples?) praticado em atividade típica de grupo de extermínio e homicídio qualificado.....	152
3.2 Lesão corporal <i>funcional</i> gravíssima e lesão corporal <i>funcional</i> seguida de morte.....	157
3.3 Roubo como crime hediondo.....	164
3.4 Extorsão como crime hediondo.....	167
3.4.1 Sequestro relâmpago qualificado pela morte.....	167
3.5 Extorsão mediante sequestro.....	182
3.6 Estupro.....	183
3.7 Estupro de vulnerável.....	184
3.8 Epidemia com resultado morte.....	186
3.9 Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.....	187
3.10 Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de criança, adolescente ou de vulnerável.....	189
3.11 Genocídio.....	190
3.12 Porte ou Posse Ilegal de Arma de Fogo de Uso Restrito ou Proibido.....	191
3.13 O furto como crime hediondo.....	204
3.14 O crime de Organização Criminosa como crime hediondo.....	204
4 CRIMES EQUIPARADOS OU ASSEMELHADOS AOS HEDIONDOS.....	207
4.1 Tortura (Lei nº 9.455/97).....	208
4.2 Tráfico de Drogas (Lei nº 11.343/06).....	208
4.3 Terrorismo.....	211
5 PROIBIÇÃO DE ANISTIA, GRAÇA E INDULTO.....	212
6 PROIBIÇÃO DE SAÍDA TEMPORÁRIA NOS CRIMES HEDIONDOS COM RESULTADO MORTE.....	214
7 LIBERDADE PROVISÓRIA.....	218
7.1 Liberdade Provisória Restrita e Liberdade Provisória Plena (artigo 321, CPP).....	223
7.2 Proibição de Liberdade Provisória Mediante Fiança na Lei dos Crimes Hediondos (art. 2º, inciso II, da Lei 8.072/90).....	226
8 CUMPRIMENTO DE PENA EM REGIME INICIAL FECHADO.....	229
9 PROGRESSÃO DE REGIME.....	234
10 DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE.....	243
11 PRISÃO TEMPORÁRIA.....	245

11.1 Conceito e Natureza Jurídica .....	246
11.2 Fundadas razões de autoria ou de participação do investigado nos crimes listados no artigo 1º, inciso III da Lei 7.960/89 .....	247
11.3 Prisão temporária e os crimes hediondos e equiparados .....	248
12 ESTABELECIMENTOS PENAIS FEDERAIS DE SEGURANÇA MÁXIMA.....	250
13 LIVRAMENTO CONDICIONAL .....	251
14 ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA PARA A PRÁTICA DE CRIMES HEDIONDOS E EQUIPARADOS....	254
15 DELAÇÃO PREMIADA.....	255
15.1 Colaboração Premiada: origem e conceito .....	256
15.2 Delação Premiada e a Lei dos Crimes Hediondos.....	257
16 DO CARÁTER NÃO HEDIONDO DOS CRIMES MILITARES .....	258
17 DOS AUMENTOS DE PENA PREVISTOS NO ARTIGO 9º DA LEI DOS CRIMES HEDIONDOS E DO PROBLEMA DA REVOGAÇÃO OU DA CONTINUIDADE NORMATIVA.....	262
18 DESTAQUES FINAIS.....	266

## **CAPÍTULO III**

<b>ESTATUTO DO DELEGADO DE POLÍCIA (LEI Nº 12.830, DE 20 DE JUNHO DE 2013)</b> .....	267
1 INTRODUÇÃO .....	267
2 INVESTIGAÇÃO CRIMINAL CONDUZIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO E SUA (I)LEGALIDADE ...	274
3 FUNCIONALISMO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	288
3.1 Função Preparatória .....	288
3.2 Função Preservadora.....	289
3.3 Função Reveladora do Fato Oculto (Redução das “Cifras Negras”) .....	291
3.4 Função Simbólica.....	294
3.5 Função Restaurativa ou Satisfativa.....	295
4 OBJETO DA LEI 12.830/13 .....	298
5 DELEGADO DE POLÍCIA E SUAS FUNÇÕES.....	299
5.1 Da natureza jurídica das funções exercidas pelo delegado de polícia .....	302
5.1.1 Da capacidade postulatória do delegado de polícia .....	304
5.2 Da essencialidade das funções exercidas pelo delegado de polícia.....	310
5.3 Da exclusividade das funções exercidas pelo delegado de polícia: princípio da oficialidade da investigação criminal.....	312
5.3.1 Da Investigação Criminal Privada: Lei nº 13.432/2017 .....	313
6 A CONDUÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL PELO DELEGADO DE POLÍCIA.....	320
7 AUTORIDADE POLICIAL: DELEGADO DE POLÍCIA.....	327
8 PODER REQUISITÓRIO DO DELEGADO DE POLÍCIA.....	331
9 AUTONOMIA FUNCIONAL DO DELEGADO DE POLÍCIA.....	337
10 PRINCÍPIO DO DELEGADO DE POLÍCIA NATURAL .....	340
11 PRINCÍPIO DA INAMOVIBILIDADE RELATIVA DO DELEGADO DE POLÍCIA .....	343

12 INDICIAMENTO .....	344
12.1 Indiciamento: momento e consequências jurídicas.....	345
12.2 Ato privativo do delegado de polícia.....	353
12.3 Sujeito Passivo do Indiciamento .....	354
12.4 Indiciamento e o Artigo 17-D da Lei de Lavagem de Capitais .....	355
12.5 Indiciamento e infrações de menor potencial ofensivo .....	356
12.6 Espécies de indiciamento.....	357
12.6.1 Indiciamento Material (Criptoindiciamento?).....	357
12.6.2 Indiciamento Formal.....	359
12.6.3 Indiciamento Coercitivo.....	359
12.6.4 Indiciamento Indireto.....	360
12.6.5 Indiciamento Complexo.....	361
12.7 Indiciamento e o Princípio da Presunção de Inocência .....	366

## CAPÍTULO IV

LEI DE TERRORISMO (LEI Nº 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016) .....	371
1 DA EVOLUÇÃO JURÍDICA DO TRATAMENTO DO TERRORISMO NO BRASIL A PARTIR DE 1988 ...	371
2 TERRORISMO E TRATADOS INTERNACIONAIS .....	373
3 CONCEITO DE TERRORISMO .....	377
4 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A LEI DE TERRORISMO .....	379
5 ELEMENTO SUBJETIVO DO CRIME DE TERRORISMO.....	380
6 DOS ATOS DE TERRORISMO (ELEMENTOS OBJETIVOS) .....	383
7 DA CLÁUSULA OU NORMA DE CONTENÇÃO DO TIPO PENAL OU DE EXCLUSÃO DE TIPICIDADE .....	386
8 CRIME DE PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO TERRORISTA .....	393
9 TERRORISMO E ATOS PREPARATÓRIOS .....	397
10 FINANCIAMENTO AO TERRORISMO.....	403
11 CAUSAS ESPECIAIS DE AUMENTO DE PENA.....	404
12 DA APLICABILIDADE DO CÓDIGO PENAL AOS ATOS TERRORISTAS .....	405
13 DA ATRIBUIÇÃO INVESTIGATIVA E DA COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO.....	408
14 DAS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS.....	410
14.1 O Juiz e o decreto de ofício de medidas assecuratórias: polêmica quanto ao sistema acusatório .....	411
14.2 Dos legitimados para provocar a adoção de medidas assecuratórias.....	416
14.3 Requisitos legais .....	416
15 DA ALIENAÇÃO ANTECIPADA (ARTIGO 12, § 1º).....	417
15.1 Da liberação total ou parcial de bens onerados (art. 12, §§ 2º e 3º) .....	418
16 MEDIDAS ASSECURATÓRIAS E REPARAÇÃO DE DANO DECORRENTE DE INFRAÇÃO PENAL ANTECEDENTE (ARTIGO 12, § 4º).....	422

17 DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS SUJEITOS ÀS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS .....	423
18 REGRAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL .....	425
19 DA APLICABILIDADE DA LEI 12.850/13 .....	426
20 DO CARÁTER HEDIONDO DO CRIME DE TERRORISMO .....	432

## CAPÍTULO V

INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA (LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996) .....	433
1 INTRODUÇÃO .....	433
2 PROCESSO PENAL E CONSTITUIÇÃO .....	434
2.1 Breve Histórico .....	435
2.2 Da invalidade das interceptações efetuadas antes da Lei 9.296/96 .....	438
2.3 Abordagem contextual da Lei 9.296/96 .....	441
3 ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS (LEI 9.296/96) .....	447
3.1 Gravação Clandestina Telefônica ou Ambiental .....	447
3.2 Escuta Telefônica .....	450
3.3 Interceptação ou Captação Ambiental .....	452
3.4 Gravações Deliberadas e Consentidas .....	452
4 INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS .....	452
4.1 Interceptação de comunicações telefônicas de qualquer natureza: delimitação técnica .....	456
4.2 Quebra do Sigilo dos Dados Telefônicos .....	473
4.3 Novos meios operacionais de investigação de dados, informações, cadastros e sinais trazidos pela Lei 13.344/16 .....	480
5 OBJETIVO LEGAL DAS INTERCEPTAÇÕES .....	486
5.1 Prova em investigação criminal .....	489
5.2 Prova em instrução processual penal .....	493
5.3 A questão da “prova emprestada” .....	494
6 PRESSUPOSTOS PARA DECRETAÇÃO DA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA .....	499
6.1 Ordem Judicial e a Teoria do Juízo Aparente .....	500
6.2 Segredo de Justiça (Contraditório Diferido ou Postergado) .....	508
6.3 Da (in)constitucionalidade do artigo 1º, parágrafo único, da Lei 9.296/96 .....	510
7 REQUISITOS .....	516
7.1 Indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal e a interceptação de Prospeção .....	517
7.2 A prova não puder ser feita por outros meios disponíveis (princípio da subsidiariedade) .....	521
7.3 O fato investigado constituir infração penal punida com pena de reclusão (crimes de catálogo) .....	525
7.4 Descrição da situação objeto de investigação e dos sujeitos passivos .....	530
7.5 Interceptação telefônica e encontro fortuito de provas (Teoria da Serendipidade) .....	531
8 LEGITIMIDADE PARA POSTULAR A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA .....	542
8.1 Da inconstitucionalidade do decreto de ofício pelo juiz .....	542
8.2 Da legitimação do delegado de polícia para requerer (representar) pela decretação da interceptação telefônica .....	546

8.3 Da legitimidade do Ministério Público e de outros personagens para requerer a interceptação telefônica.....	549
9 PROCEDIMENTO .....	555
9.1 Do pedido verbal .....	558
9.2 Do prazo para a decisão judicial .....	560
9.3 Da Fundamentação e da forma de execução da medida .....	561
9.4 Do prazo de duração da interceptação telefônica e sua renovação .....	563
9.5 Da execução do procedimento de interceptação telefônica.....	570
9.5.1 Da possibilidade da requisição de apoio técnico-especializado às concessionárias de serviço público .....	576
9.6 Dos necessidade da autuação do procedimento em apartado e do segredo de justiça.....	577
9.6.1 Do momento da apensação dos autos .....	578
10 DA INUTILIZAÇÃO DAS GRAVAÇÕES QUE NÃO INTERESSAM À PROVA.....	584
11 DA INTERCEPTAÇÃO OU CAPTAÇÃO AMBIENTAL.....	588
12 DOS CRIMES.....	604
12.1 Introdução .....	605
13 DO CRIME DE INTERCEPTAÇÃO ILEGAL DE COMUNICAÇÃO TELEFÔNICA, INFORMÁTICA OU TELEMÁTICA E ESCUTA AMBIENTAL.....	606
13.1 Conceito e Objetividade Jurídica.....	606
13.2 Sujeito Ativo.....	607
13.3 Sujeito Passivo.....	608
13.4 Tipo Penal Objetivo .....	608
13.5 Tipo Penal Subjetivo .....	612
13.6 Consumação e Tentativa.....	612
14 DO CRIME DE CAPTAÇÃO AMBIENTAL ILEGAL.....	613
14.1 Conceito e objetividade jurídica .....	613
14.2 Sujeito Ativo.....	614
14.3 Sujeito Passivo.....	615
14.4 Tipo Penal Objetivo .....	615
14.5 Tipo Penal Subjetivo .....	617
14.6 Consumação e Tentativa.....	617
15 CONFLITO ENTRE OS CRIMES DA LEI 9.296/96 E O CRIME DE ABUSO DE AUTORIDADE	617
16 DA PENA E DA AÇÃO PENAL .....	621

## CAPÍTULO VI

LEI DE TORTURA (LEI Nº 9.455, DE 07 DE ABRIL DE 1997).....	623
1 INTRODUÇÃO.....	623
1.1 Conceito de tortura no âmbito internacional.....	626
1.2 Formas de tortura.....	627

2 DA IMPRESCRITIBILIDADE DO CRIME DE TORTURA.....	628
3 DA COMPETÊNCIA.....	632
4 DO BEM JURÍDICO TUTELADO.....	633
4.1 Tortura e o Cenário da Bomba Relógio ( <i>Ticking Bomb Scenario Theory</i> ).....	634
5 DOS CRIMES DE TORTURA.....	640
5.1 Formas de Execução.....	640
5.2 Finalidades Especializantes da Tortura.....	641
5.3 Tortura Probatória, Inquisitorial, Institucional, Política ou Persecutória (art. 1º, inciso I, "a").....	641
5.4 Tortura Crime (art. 1º, inciso I, "b").....	643
5.5 Tortura Discriminatória, Preconceituosa ou Racial (art. 1º, inciso I, "c").....	644
5.6 Tortura-Castigo, Vingativa ou Intimidatória (art. 1º, inciso II).....	646
5.7 Da pena pelo crime de tortura.....	651
5.8 Da tortura praticada de forma permanente.....	651
5.9 Da materialidade do crime de tortura.....	652
6 FIGURA EQUIPARADA OU TORTURA IMPRÓPRIA.....	653
7 TORTURA POR OMISSÃO OU OMISSÃO PERANTE A TORTURA.....	657
7.1 Da pena e demais benefícios.....	660
8 TORTURA QUALIFICADA.....	660
9 CAUSAS DE AUMENTO DE PENA.....	661
9.1 Tortura praticada por agentes públicos.....	662
9.2 Tortura praticada contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de sessenta anos.....	663
9.3 Tortura praticada mediante sequestro.....	663
10 EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	664
11 PROIBIÇÃO DE GRAÇA, ANISTIA E INDULTO.....	664
12 REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA.....	666
13 EXTRATERRITORIALIDADE DA LEI DE TORTURA.....	668

## CAPÍTULO VII

LEI DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS (LEI Nº 12.850, DE 02 DE AGOSTO DE 2013).....	669
1 INTRODUÇÃO.....	669
1.1 Conceito de Organização Criminosa.....	673
1.2 Considerações gerais sobre o conceito de organização criminosa.....	675
2 DO CRIME DE PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA.....	684
2.1 Classificação.....	688
3 DO CRIME DE OBSTRUÇÃO DA PERSECUÇÃO PENAL.....	689
4 DAS CAUSAS DE AUMENTO DE PENA.....	691
4.1 Organização criminosa armada.....	692
4.2 Organização criminosa que se vale de menores de idade.....	694

4.3 Organização criminosa que se vale de funcionário público ( <i>Teoria da Reconfiguração Co-optada do Estado</i> ).....	695
4.4 Organização criminosa e o proveito ou produto das infrações .....	697
4.5 Conexão entre organizações criminosas .....	698
4.6 Organização criminosa transnacional .....	699
5 DA AGRAVANTE ESPECÍFICA PARA A LIDERANÇA DA ORGANIZAÇÃO .....	700
6 DA MEDIDA CAUTELAR DE AFASTAMENTO DO AGENTE PÚBLICO SUSPEITO DE INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA .....	702
7 DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO POR CRIME DE PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA .....	715
8 DA ATRIBUIÇÃO DE INVESTIGAR POLICIAIS ENVOLVIDOS EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ....	717
8.1 DAS INOVAÇÕES PROMOVIDAS PELO "PACOTE ANTICRIME": RIGORES PENITENCIÁRIOS PARA O CRIME ORGANIZADO .....	719
9 DAS TÉCNICAS ESPECIAIS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL: MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA... ..	722
10 COLABORAÇÃO PREMIADA .....	723
10.1 A normatização da conduta humana.....	724
10.1.1 Ética e Direito.....	724
10.1.2 Ética e Moral .....	725
10.1.3 A utopia de uma ética universal e o Direito .....	727
10.1.4 Conclusões .....	729
10.2 Colaboração Premiada: origem e conceito .....	730
10.2.1. Princípios Vetores do Acordo de Colaboração Premiada .....	735
10.3 Legitimidade .....	746
10.4 Dos Prêmios Legais .....	762
10.4.1 Do Perdão Judicial .....	763
10.4.2 Da redução da pena privativa de liberdade .....	767
10.4.3 Da progressão de regime.....	769
10.4.4 Da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos .....	770
10.5 Requisitos da colaboração premiada .....	770
10.6 Finalidades do acordo de colaboração premiada .....	775
10.7 Da suspensão do prazo para o oferecimento da denúncia .....	781
10.8 Acordo de Imunidade (Não Oferecimento de Denúncia) .....	784
10.9 Das tratativas do acordo de colaboração premiada e seu marco inicial: dever de lealdade entre as partes (Termo de Confidencialidade), direito subjetivo ao acordo e colaboração unilateral.....	787
10.9.1 Da instrução do acordo de colaboração premiada .....	796
10.9.2 Da proibição da participação do juiz nas tratativas do acordo e seu dever de supervisão ...	800
10.10 Da homologação do acordo de colaboração premiada.....	808
10.11 Da retratação da proposta de colaboração premiada .....	814
10.11.1 Direito ao Confronto na Colaboração Premiada .....	822

10.12	Dos efeitos do acordo de colaboração premiada sobre a sentença .....	828
10.13	Oitiva do colaborador .....	830
10.14	Registros da colaboração premiada.....	832
10.15	Renúncia ao direito ao silêncio do colaborador .....	835
10.16	Regras de corroboração .....	838
10.16.1	Das Hipóteses Expressas de Rescisão do Acordo de Colaboração.....	840
10.17	Dos Direitos do Colaborador .....	843
10.18	Formalidades do termo de acordo de colaboração premiada .....	845
10.19	Da sigiliosidade do acordo de colaboração premiada .....	847
11	CAPTAÇÃO AMBIENTAL DE SINAIS ELETROMAGNÉTICOS, ÓPTICOS OU ACÚSTICOS.....	850
12	AÇÃO CONTROLADA.....	854
12.1	Ação Controlada e o "Controle Judicial".....	857
12.2	Procedimento .....	864
12.3	Ação Controlada Transnacional .....	865
13	INFILTRAÇÃO DE AGENTES.....	867
13.1	Conceito .....	868
13.2	Da legitimidade para provocar a infiltração de agentes .....	871
13.3	Do agente infiltrado .....	876
13.4	Requisitos.....	880
13.4.1	Requisitos da Infiltração Virtual de Agentes no Estatuto da Criança e do Adolescente .....	882
13.4.2	Requisitos para a Infiltração Virtual na Lei de Organização Criminosa .....	884
13.5	Modalidades de Infiltração: prazo de duração .....	886
13.6	O Agente Infiltrado como Fonte de Prova .....	888
13.7	Procedimento .....	892
13.7.1	Da sigiliosidade na distribuição do procedimento e interrupção da operação em caso de risco para o agente infiltrado.....	893
13.8	Da Proporcionalidade da Infiltração de Agentes e da Licitude da Ação Policial .....	896
13.9	Dos direitos do agente infiltrado.....	899
13.10	Agente Infiltrado e Agente Disfarçado: distinções .....	901
14	ACESSO A REGISTROS, DADOS CADASTRAIS, DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES.....	904
15	AFASTAMENTO DOS SIGILOS FINANCEIRO, BANCÁRIO E FISCAL .....	908
16	COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS FEDERAIS, DISTRITAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS NA BUSCA DE PROVAS E INFORMAÇÕES DE INTERESSE DA INVESTIGAÇÃO OU DA INSTRUÇÃO CRIMINAL.....	909
17	DOS CRIMES OCORRIDOS NA INVESTIGAÇÃO E NA OBTENÇÃO DE PROVA .....	909
17.1	Crime de Violação do Sigilo sobre a Identidade do Colaborador.....	909
17.2	Crime de Informações Falsas na Colaboração Premiada.....	910
17.3	Crime de Inobservância do Sigilo de Investigação Envolvendo Ação Controlada e Infiltração de Agentes .....	913

17.4 Crime de Recusa ou Omissão de Informações.....	914
18 DO PROCEDIMENTO PREVISTO PARA OS CRIMES DA LEI 12.850/13 .....	916
19 DO DECRETO DE SIGILO JUDICIAL DAS INVESTIGAÇÕES E DO ACESSO DA DEFESA AOS AUTOS .....	920
20 ALTERAÇÃO DO ARTIGO 288, CP (QUADRILHA OU BANDO).....	923
21 ALTERAÇÃO DO ARTIGO 342, CÓDIGO PENAL.....	927
22 REVOGAÇÃO DA ANTIGA LEI DO CRIME ORGANIZADO .....	927

## CAPÍTULO VIII

LEI DE DROGAS (LEI Nº 11.343, DE 23.08.2006).....	929
2 INTRODUÇÃO .....	929
1.1 Legalização das Drogas e seus Aspectos Positivos e Negativos .....	929
3 SISNAD .....	934
4 OBJETO JURÍDICO .....	934
5 OBJETO MATERIAL.....	935
5.1 Drogas de Desenho .....	936
5.2 Drogas Virtuais.....	937
6 SUJEITOS DOS CRIMES .....	938
6.1 Competência .....	938
7 PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA .....	939
7.1 Princípio da Insignificância e os Crimes da Lei de Drogas .....	943
8 PRINCÍPIO DA ALTERNATIVIDADE E OS CRIMES DA LEI DE DROGAS.....	948
9 8. DO CRIME DE PORTE DE DROGAS PARA CONSUMO PESSOAL .....	948
9.1 Considerações Gerais.....	949
9.2 Tipo Penal Objetivo (Conduta).....	951
9.3 Tentativa.....	952
9.4 Elemento Subjetivo do Tipo .....	952
9.5 Elemento Normativo do Tipo.....	953
9.6 Distinção entre usuário e traficante de drogas.....	953
9.7 Figura Equiparada: Cultivo de Drogas Ilícitas para Consumo Pessoal.....	957
9.8 Penas (ou Medidas?) .....	959
9.8.1 Advertência sobre os efeitos da droga.....	961
9.8.2 Prestação de serviços à comunidade .....	961
9.8.3 Medida educativa de comparecimento à programa ou curso educativo.....	961
9.8.4 Prazo de duração e consequências da reincidência.....	962
9.8.5 Medidas coercitivas.....	964
9.8.6 Peculiaridades da pena de multa.....	966
9.9 Da (in)constitucionalidade do crime do artigo 28 .....	966
9.10 Do prazo prescricional do artigo 28 da Lei de Drogas .....	972

10 TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, <i>CAPUT</i> ) .....	972
10.1 Introdução .....	972
10.2 Tipo Penal Objetivo (Conduta) .....	974
10.3 Sujeitos do Crime .....	979
10.4 Elemento Subjetivo do Tipo .....	979
10.5 Consumação .....	979
10.5.1 Tráfico de Drogas e Inviolabilidade Domiciliar .....	979
10.6 Tentativa .....	987
10.7 Destaques .....	988
11 TRÁFICO DE DROGAS POR EQUIPARAÇÃO .....	996
11.1 Tráfico de matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas ....	997
11.1.1 Objeto Material .....	997
11.1.2 Tipo Penal Objetivo (Conduta) .....	1000
11.1.3 Sujeitos do Crime .....	1000
11.1.4 Elemento Subjetivo do Tipo .....	1000
11.1.5 Consumação e Tentativa .....	1000
11.2 Plantio para o tráfico de drogas .....	1001
11.2.1 Objeto Material .....	1001
11.2.2 Tipo Penal Objetivo (Conduta) .....	1001
11.2.3 Sujeitos do Crime .....	1001
11.2.4 Elemento Subjetivo do Tipo .....	1001
11.2.5 Consumação e Tentativa .....	1001
11.2.6 Destaques .....	1002
11.3 Uso de local ou bem de qualquer natureza para o tráfico de drogas .....	1002
11.3.1 Objeto Material .....	1002
11.3.2 Tipo Penal Objetivo (Conduta) .....	1002
11.3.3 Sujeitos do Crime .....	1003
11.3.4 Elemento Subjetivo do Tipo .....	1003
11.3.5 Consumação e Tentativa .....	1004
11.4 Agente Policial Disfarçado .....	1004
12 CRIME DE PARTICIPAÇÃO NO USO INDEVIDO DE DROGAS .....	1010
12.1 Introdução .....	1010
12.2 Objeto Material .....	1010
12.3 Tipo Penal Objetivo (Conduta) .....	1010
12.4 Sujeitos do Crime .....	1011
12.5 Elemento Subjetivo do Tipo .....	1012
12.6 Consumação e Tentativa .....	1012
12.7 Destaque: “Marcha da Maconha” .....	1013
13 CRIME DE OFERECIMENTO DE DROGA PARA CONSUMO COMPARTILHADO .....	1013
13.1 Introdução .....	1014

13.2 Objeto Material .....	1014
13.3 Tipo Penal Objetivo (Conduta) .....	1014
13.4 Sujeitos do Crime .....	1016
13.5 Elemento Subjetivo do Tipo .....	1017
13.6 Consumação e Tentativa .....	1017
14 TRÁFICO DE DROGAS PRIVILEGIADO .....	1017
14.1 Introdução .....	1017
14.2 Requisitos .....	1018
14.3 Tráfico Privilegiado e Crime Hediondo .....	1019
15 LABORATÓRIO DO TRÁFICO DE DROGAS .....	1020
15.1 Introdução .....	1020
15.2 Objeto Material .....	1021
15.3 Tipo Penal Objetivo (Conduta) .....	1021
15.4 Sujeitos do Crime .....	1021
15.5 Elemento Subjetivo do Tipo .....	1022
15.6 Consumação e Tentativa .....	1022
15.7 Figura Privilegiada: aplica-se causa de diminuição do artigo 33, §4º? .....	1022
16 ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS .....	1022
16.1 Introdução .....	1023
16.2 Bem Jurídico Tutelado .....	1023
16.3 Tipo Penal Objetivo (Conduta) .....	1024
16.4 Sujeitos do Crime .....	1024
16.5 Elemento Subjetivo do Tipo .....	1024
16.6 Consumação e Tentativa .....	1024
16.7 Associação para o Financiamento do Tráfico de Drogas .....	1025
17 FINANCIAMENTO PARA O TRÁFICO DE DROGAS .....	1025
17.1 Introdução .....	1025
17.2 Bem Jurídico Tutelado .....	1026
17.3 Objeto Material .....	1026
17.4 Tipo Penal Objetivo (Conduta) .....	1026
17.5 Sujeitos do Crime .....	1027
17.6 Elemento Subjetivo do Tipo .....	1027
17.7 Consumação e Tentativa .....	1027
18 INFORMANTE DO TRÁFICO DE DROGAS .....	1028
18.1 Introdução .....	1028
18.2 Bem Jurídico Tutelado .....	1028
18.3 Objeto Material .....	1028
18.4 Tipo Penal Objetivo (Conduta) .....	1028
18.5 Sujeitos do Crime .....	1029

18.6 Elemento Subjetivo do Tipo .....	1029
18.7 Consumação e Tentativa.....	1030
<b>19 CRIME DE PRESCRIÇÃO OU MINISTRAÇÃO CULPOSA DE DROGAS .....</b>	<b>1030</b>
19.1 Introdução .....	1030
19.2 Bem Jurídico Tutelado.....	1030
19.3 Objeto Material.....	1030
19.4 Tipo Penal Objetivo (Conduta).....	1030
19.5 Sujeitos do Crime.....	1031
19.6 Elemento Subjetivo do Tipo .....	1031
19.7 Consumação e Tentativa.....	1032
19.8 Ocorrência de lesão corporal ou morte.....	1032
<b>20 CONDUÇÃO DE EMBARCAÇÃO OU AERONAVE SOB A INFLUÊNCIA DE DROGAS ILÍCITAS....</b>	<b>1032</b>
20.1 Introdução .....	1032
20.2 Bem Jurídico Tutelado.....	1033
20.3 Objeto Material.....	1033
20.4 Tipo Penal Objetivo (Conduta).....	1033
20.5 Sujeitos do Crime.....	1034
20.6 Elemento Subjetivo do Tipo .....	1034
20.7 Consumação e Tentativa.....	1034
20.8 Destaques Finais.....	1035
<b>21 CAUSAS DE AUMENTO DE PENA .....</b>	<b>1036</b>
21.1 Se a natureza, a procedência da substância ou do produto apreendido e as circunstâncias do fato evidenciarem a transnacionalidade do delito .....	1036
21.2 Se o agente praticar o crime prevalecendo-se de função pública ou no desempenho de missão de educação, poder familiar, guarda ou vigilância.....	1037
21.3 Se a infração tiver sido cometida nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais, de ensino ou hospitalares, de sedes de entidades estudantis, sociais, culturais, recreativas, esportivas ou beneficentes, de locais de trabalho coletivo, de recintos onde se realizem espetáculos ou diversões de qualquer natureza, de serviços de tratamento de dependentes de drogas ou de reinserção social, de unidades militares ou policiais, ou em transportes públicos .....	1038
21.4 Se o crime tiver sido praticado com violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo, ou qualquer processo de intimidação difusa ou coletiva.....	1039
21.5 Se caracterizado o tráfico entre Estados da Federação ou entre esses e o Distrito Federal .....	1040
21.6 Sua prática envolver ou visar a atingir criança ou adolescente ou a quem tenha, por qualquer motivo, diminuída ou suprimida a capacidade de entendimento e determinação.....	1040
21.7 Se o agente financiar ou custear a prática do crime .....	1042
<b>22 RIGORES PENAIS.....</b>	<b>1043</b>
<b>23 ALGUMAS QUESTÕES SOBRE O PROCEDIMENTO NA LEI DE DROGAS.....</b>	<b>1044</b>
23.1 Considerações Gerais.....	1044
23.2 Procedimento para destruição de drogas e plantações .....	1045

23.3 Procedimento nos casos do artigo 28 da Lei de drogas .....	1047
23.4 Procedimento na fase policial em casos de tráfico .....	1049
23.5 Procedimento na fase processual em casos de tráfico.....	1051
23.6 Da apreensão, arrecadação e destinação de bens do acusado.....	1054
<b>24 CONCEITO DE "AUTORIDADE POLICIAL" NA LEI DE DROGAS E TERMO CIRCUNSTANCIADO...</b>	<b>1059</b>
24.1 Introdução .....	1059
24.2 A "autoridade policial" na Lei 9099/95 antes do advento da Lei 11.343/06 .....	1059
24.3 O conceito de "Autoridade Policial" na Lei 11.343/06 e sua repercussão na interpretação dada ao artigo 69 da Lei 9099/95 .....	1064
24.4 Conclusão .....	1067
<b>25 LEI DE DROGAS: LAUDO PROVISÓRIO E DENÚNCIA .....</b>	<b>1068</b>
<b>26 TRÁFICO E NÃO APREENSÃO DA DROGA: ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SOBRE A QUESTÃO DA MATERIALIDADE DELITIVA.....</b>	<b>1072</b>
 <b>REFERÊNCIAS.....</b>	 <b>1081</b>
 <b>ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO .....</b>	 <b>1097</b>